

Que vale o famoso diálogo ecumênico?

Desde o Concílio Vaticano II uma palavra entrou na moda: diálogo.

Paulo VI a lançou oficialmente em sua primeira encíclica, **Ecclesiam suam**, em 1964, e ela foi largamente preconizada pelo Vaticano II.

Desde então, na Igreja e no mundo, todos dialogam sobre tudo.

Ninguém mais se entende. Dialogam os Papas com os chefes de religiões falsas. Acordos e entendimentos não saem.

Dialogam os Bispos entre si. Dialogam eles com líderes políticos, rabinos, pais de santos, auto intitulados pastores, bonzos e pagés, feiticeiros e popes.

Resultado: zero e confusão.

Cada um fica... “*na sua*”.

Só os Bispos parecem ficar, não na deles. Isto é, mas na dos hereges.

Ninguém se converte.

Muitos se pervertem.

Por que?

Simplesmente porque Cristo não mandou: “*Ide e dialoga*”.

Cristo mandou: “***Ide e ensina***”.

Eva dialogou com a serpente...

O Concílio Vaticano II quis dialogar com hereges, cismáticos, comunistas e “*homens de boa vontade*”, os maçons.

Nunca se dialogou -- se papagaiou -- tanto no mundo. Nunca a confusão foi maior. Vivemos na nova Torre do Diálogo. Na Nova Babel, da chamada Civilização do Amor...

Por que tanta confusão?

Porque a Igreja é a Mestre instituída por Deus, para ensinar, e não para dialogar. Não para “bater papo”.

Quando a mestra dialoga, mas não ensina e nem corrige, os discípulos nada aprendem, entram em confusão, e cada um adota linguagem própria. Perde-se a unidade. Porque só a verdade ensinada pela Igreja causa a unidade.

Tais pensamentos nos vieram à mente ao reler a encíclica **Ecclesiam Suam** de Paulo VI.

Havíamos lido esse documento em 1964, quando ele foi publicado, durante o Concílio. Jovem que éramos, e ainda não acostumados ao vaticanês modernista de Paulo VI e João XXIII, nada entendemos. Ouvimos outros lerem e comentarem, em público, essa encíclica. Eram pessoas competentes -- Bispos e líderes católicos de nomeada. Mas eles também não entenderam então o vaticanês de Paulo VI. Estavam acostumados a Pio XII... Era proibido ler de olhos abertos...

Como poderiam entender, então, em 1964, certas colocações misteriosas que, mesmo hoje, bem poucos entendem?

Como os seguintes textos, por exemplo:

”2. Não ambicionamos, porém, dizer coisas novas nem completas, para isso está o Concílio Ecumênico; **esta nossa despretensiosa conversação epistolar** não deve perturbar a sua obra, mas sim honrá-la e dar-lhe novo ânimo. **Nem quer esta nossa Encíclica revestir caráter solene e propriamente doutrinal, ou propor ensinamentos determinados, morais ou sociais; quer ser apenas mensagem fraterna e familiar**” (Paulo VI, **Ecclesiam Suam**, N^o 2. Os destaques são nossos).

Que estranha atitude inteiramente nova no Magistério da Igreja. Porque as encíclicas fazem parte do Magistério da Igreja. Mas nunca se vira, até então, um Papa escrever uma encíclica, para ter apenas “*despretensiosa conversação epistolar*”.

Uma “*chiachera*”, como dizem pitorescamente os italianos. Um bate-papo. Um diálogo?

E por que salientar que essa encíclica -- hoje apresentada como documento magisterial-- não pretendia “*revestir caráter solene e propriamente doutrinal, ou propor ensinamentos determinados, morais ou sociais*”?

Por que a preocupação de deixar claro que o Papa não falava, nessa encíclica, com autoridade suprema, e nem como Mestre do Magistério Ordinário?

E por que colocar que essa conversinha despreziosa seria só “***fraterna*** e familiar”?

Por que colocar antes o adjetivo “*fraterna*” e, só depois, o “*familiar*”?

O Papa não é, antes de tudo, o pai dos católicos?

Essa verdade exigiria ter colocado antes o adjetivo “*familiar*”, e, só depois, o termo “*fraterna*”.

Tanto mais que, noutra frase, Paulo VI diz ainda que suas são “*palavras de irmão e pai*”...

E o “*de irmão*” foi colocado antes que pai...

O Papa é Irmão de quem?

Claro que o Papa é irmão dos Bispos, seus irmãos no episcopado.

Mas é também pai deles. E é antes pai do que irmão deles.

Ainda no número 1 dessa conversa sem pretensão de um Papa com os fiéis, Paulo VI diz qual seria o objetivo dessa “*conversa despreziosa*” chamada **Ecclesiam suam**:

“*Por esses motivos, propomo-nos nesta Encíclica esclarecer o melhor possível aos olhos de todos, quanto importa à salvação da sociedade humana e, ao mesmo tempo, quanto a Igreja tem a peito que ambas se encontrem, conheçam e amem*”. (Paulo VI, **Ecclesiam Suam**, N^o 1. Os destaques são nossos).

De novo uma inversão: a “*salvação da sociedade humana*” é colocada antes que a Igreja...

Já João XXIII, na **Humanae Salutis**, documento por meio do qual ele convocou o Concílio, havia dito que o Concílio Vaticano II seria realizado visando mais o mundo do que a Igreja:

“3. A Igreja assiste, hoje, à **grave crise da sociedade**. Enquanto **para a humanidade surge uma era nova, obrigações de uma gravidade e amplitude imensas pesam sobre a Igreja, como nas épocas mais trágicas da sua história. Trata-se, na verdade, de pôr em contacto com as energias vivificadoras e perenes do evangelho o mundo moderno**”.

“6. Diante deste duplo espetáculo: **um mundo que revela um grave estado de indigência espiritual e a Igreja de Cristo, tão vibrante de vitalidade**, nós, desde quando subimos ao supremo pontificado, não obstante nossa indignidade e por um desígnio da Providência, sentimos logo o urgente dever de conclamar os nossos filhos para dar à Igreja a possibilidade de **contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna**” (João XXIII, **Humanae Salutis**, n^{os} 3 e 6. Os destaques são nossos).

Por isso, Paulo VI afirmou, na **Ecclesiam Suam**, que: “*teremos igualmente cuidado de ajudar a convivência harmônica e a colaboração frutuosa entre as nações, **proclamando princípios humanos superiores**, que possam ajudar a moderar egoísmos e paixões, que originam os conflitos bélicos*” (Paulo VI, **Ecclesiam Suam**, N^o 5. Os destaques são nossos).

Paulo VI afirma que proclamaria “**princípios humanos superiores**”..

Não deveria ele, como Papa, proclamar princípios cristãos que são eternos?

Entretanto, o mais estranho, nessa encíclica, é a explicação que Paulo VI dá do famigerado diálogo, que tanto mal trouxe à Igreja e às almas.

Depois de dizer que a Igreja, diante do mundo moderno, poderia ter uma atitude de isolamento, ou de confronto, anatematizando e combatendo o mundo moderno, ou ainda poderia tentar influenciá-lo, diz Paulo VI:

“*Parece-nos, porém, que a relação da Igreja com o mundo, sem excluir outras formas*

legítimas, se representa melhor pelo diálogo, **embora não necessariamente com palavras que tenham para os dois interlocutores o mesmo sentido**” (Paulo VI, *Ecclesiam Suam*, N^o 45. Os destaques são nossos).

Parece-nos tão espantoso o que disse Paulo VI, que se tem que reler o texto, porque se acredita ter lido mal: então o famoso diálogo deve ser feito com palavras que cada interlocutor entenda à sua maneira?

Mas isso é pior que uma auto enganação!

Isso é promover uma linguagem que logre o interlocutor.

Isso é a entronização do engano e do relativismo.

E pior ainda é que Paulo VI tenha dito que a primeira qualidade do diálogo deveria ser a clareza:

“Os seus caracteres [do diálogo] são os seguintes: **1) Primeiro que tudo, a clareza. O diálogo supõe e exige compreensibilidade, é transfusão do pensamento**, é estímulo do exercício das faculdades superiores do homem” (Paulo VI, *Ecclesiam Suam*, N^o 45. Os destaques são nossos).

Clareza!!!

Clareza???

Clareza, usando vocábulos que cada interlocutor entende com significado diferente?

Isso seria diálogo de surdos, ou de loucos, se fosse feito inconscientemente. Feito voluntária e conscientemente é diálogo fraudulento ou relativista. É um “diálogo-me-engana-que-vou-te-enganar”. Ou um “diálogo-engana-trouxa”.

Disse mais Paulo VI:

“48. Descubre-se no diálogo como **são diversas as vias que levam à luz da fé, mas como apesar disso é possível fazê-las convergir para o mesmo fim. Ainda que sejam divergentes, podem tornar-se complementares**, levando o nosso raciocínio para fora das sendas comuns e obrigando-o a aprofundar as investigações e a renovar os modos de expressão. A **dialética** deste exercício de pensamento e de paciência far-nos-á descobrir elementos de verdade mesmo nas opiniões alheias” (Paulo VI, **Ecclesiam Suam**, N^o 48. Os destaques são nossos).

Em primeiro lugar, note-se a insinuação do relativismo religioso, erro contra a Fé, hoje combatido por Bento XVI: “**são diversas as vias que levam à luz da fé, mas como apesar disso é possível fazê-las convergir para o mesmo fim**”.

Ora, assim como há um só caminho para Deus R11;Cristo--, assim também, há um só caminho para se ter a luz da Fé: a Igreja Católica Apostólica Romana, fora da qual não há salvação, mas só extravios..

A seguir, para defender o ecumenismo e o relativismo religioso, Paulo VI afirma uma contradição: mesmo que doutrinas religiosas sejam divergentes seria possível torná-las convergentes e complementares, usando um processo de pensamento dialético.

As conseqüências dessa conversa desprestenciosa de Paulo VI na Ecclesiam Suam foram desastrosas para a Igreja e mesmo para o mundo: triunfou o relativismo.

Ainda bem que Paulo VI deixou bem claro que estava só conversando --desprestenciosamente -- e que nada ensinava com autoridade, nessa encíclica, que ela era apenas uma conversa desprestenciosa. Porque, se as afirmações divergentes podem dialeticamente ser convergentes, então qualquer afirmação vale, e nada mais pode ser condenado. Não se poderiam mais proclamar nem dogmas e nem excomunhões. Tudo seria permitido e seria proibido proibir.

O Vaticano Concílio II preparou a revolta da Sorbonne?

As conseqüências dessa conversa desprestenciosa de Paulo VI na Ecclesiam Suam foram desastrosas para a Igreja e mesmo para o mundo: nada mais foi condenado, [exceto Dom Lefebvre].

Triunfou o relativismo.

No pós Concílio, houve uma **“Instrução para o dialogo”** do Secretariado para os Não Crentes, em 28 de Agosto de 1968, no qual se afirma que **o diálogo não visa nem refutar e nem converter os não crentes** (Cfr. Romano Amerio, op. cit., p. 309).

O Secretário desse órgão da Cúria era, então, o modernista Cardeal Koenig que sabia o que estava dizendo. E quando o Cardeal Koenig apresentou para a imprensa esse documento citado R11; **Instrução para o Diálogo com os Não Crentes**,-- ele declarou:

“O diálogo coloca os interlocutores em pé de igualdade. Nele, o católico não está posto como alguém que possui toda a verdade, mas como aquele que, tendo a fé, procura essa verdade com os outros, crentes e não crentes”(ICI, nº 322, p.20, 15 de Outubro de 1968, apud Romano Amerio, op. cit., p. 312, nota 8).

E no **Osservatore Romano**, de 21 de Agosto de 1975, o Secretário do Secretariado para os Não-Crentes declarou:

“Sem dúvida, o Secretariado surgiu não com a intenção de fazer proselitismo entre os não crentes, mesmo que isso seja entendido em sentido positivo, e nem mesmo com o intuito apologético, mas antes com o de promover o diálogo entre crentes e não crentes” (Apud Romano Amerio, op. cit., p. 310. Os destaques são nossos).

Portanto, o diálogo é pura conversa fiada. Blábláblá vazio e relativista.

O Bispo Dom Marafini, em 18 de Dezembro de 1971, confirmou o que confessara o Cardeal Koenig ao escrever:

“O método do diálogo deve ser entendido como movimento convergente em direção à plenitude da verdade e busca de uma unidade profunda”.(In Romano Amerio, Jota Unum, p. 312).

Era a admissão explícita de que o diálogo era puro relativismo e apostasia, pois afirmava que a Igreja não tem a plenitude da verdade.

Portanto, o diálogo é relativista. A Igreja Conciliar -- como dizem alguns -- adotando o diálogo, admitiu que nem tem plenamente a verdade e nem a unidade, mas que as está buscando. Como se Cristo não tivesse dado à Igreja nem verdade e unidade plenas!

O ato mais grave resultante desse relativismo doutrinário talvez tenha sido o acordo Católico-Luterano sobre a Confissão de Augsburg. Nesse acordo absurdo, foi aplicado o princípio de que cada um dos acordantes tomaria as palavras do documento final, conforme o entendimento pessoal que tivessem delas.

Diz este acordo:

B) O conceito de "concupiscência" é usado em diferentes sentidos por Católicos e Luteranos. Nos escritos da confissão luterana "concupiscência" é entendida como o desejo egoísta do ser humano, que sob a luz da Lei, entendido espiritualmente, é tido como pecado. No entendimento Católico concupiscência é uma inclinação, permanecendo nos homens mesmo depois do batismo, vindo do pecado e impulsionando ao pecado. Apesar das diferenças aqui envolvidas, deve ser reconhecido de uma perspectiva luterana que o desejo pode tornar-se a abertura através da qual o pecado ataca. Dado o poder do pecado toda a humanidade carrega a tendência de oposição a Deus. Essa tendência, de acordo com a ambas concepções luterana e católica "não corresponde ao desígnio original de Deus para a humanidade" (JD 30). Pecado tem um caráter pessoal e, como tal, leva à separação de Deus. É o desejo egoísta do homem velho e a falta de confiança e amor a Deus."

Este acordo relativista e contraditório foi duramente criticado pela Congregação da Doutrina da Fé, dirigida então pelo Cardeal Ratzinger. Ele emitiu um documento intitulado **Responsio** no qual se lê:

"1. As maiores dificuldades que impedem uma afirmação de consenso total entre os parceiros sobre o tema justificação surgem no parágrafo 4.4 O justificado como pecador (nn. 28-1,0). Mesmo levando em consideração as diferenças, legítimas em si mesmas, que surgem de diferentes abordagens teológicas em relação ao conteúdo da fé, do ponto de vista Católico o título é já causa de perplexidade. De acordo com a doutrina da Igreja Católica, no batismo, tudo o que é realmente pecado é eliminado e, assim, naqueles renascidos [pelo Batismo] não há nada de odioso para Deus (3). Disso decorre que a concupiscência que permanece no batizado não é, propriamente falando, pecado. Para

os católicos, portanto, a fórmula "ao mesmo tempo justo e pecador" como explicado no início do n. 29 ("Crentes são totalmente justos, pois Deus perdoa seus pecados através da Palavra e Sacramento... Cuidando deles... todavia, eles reconhecem que também permanecem totalmente pecadores. Pecado ainda permanece neles..."), não é aceitável."

Desse modo, a Congregação da Doutrina da Fé declarou inaceitável -- por seu duplo entendimento -- um acordo que o Vaticano havia aceito e assinado.

O Diálogo, adotado e patrocinado pelo Vaticano II, foi puro relativismo com grave dano da Fé e da certeza católica.

Graças a Deus, Bento XVI fez questão de batizar um maometano, publicamente, na grande solenidade do Sábado Santo deste ano, em São Pedro. Desse modo, Bento XVI fez o oposto do que preconiza o diálogo conciliar, que condena esse batismo de um maometano como escandaloso ato de proselitismo.

Viva o Papa!

Viva Bento XVI, o Papa que combate o relativismo.

São Paulo, 28 de Abril de 2008.

Orlando Fedeli